

**A ECONOMIA ANTIGA E O ANTIGO ORIENTE PRÓXIMO: A
MESOPOTÂMIA NO SEIO DO DEBATE ENTRE SUBSTANTIVISTAS,
NEOMARXISTAS E FORMALISTAS.**

Alexandre G. Carvalho¹

RESUMO

Os trabalhos do antropólogo Karl Polanyi sobre a “economia antiga” são relevantes reflexões empíricas da corrente teórica econômica denominada “substantivista”. O artigo sobre a Mesopotâmia, único texto sobre o Antigo Oriente Próximo, escrito em 1957, na coletânea **Trade and Market**, gerou um intenso debate entre assiriólogos, particularmente entre os seguidores de Polanyi, neomarxistas e os formalistas. Por meio dos trabalhos de alguns autores paradigmáticos dessas correntes, J. Renger, substantivista; Mario Liverani, neomarxista; D. Warburton e John Gledhill e Mogens Larsen, formalistas, objetivamos apresentar um breve panorama do atual debate sobre o comércio e mercado no Antigo Oriente Próximo.

Palavras-chave: Economia antiga, Mesopotâmia, Karl Polanyi

O debate acerca da economia antiga assumiu nos dias atuais proporções diferentes daquelas do final do século XIX, quando Eduard Meyer e Karl Bücher tornaram-se os protagonistas de um fervoroso embate na Alemanha, conhecido como o debate do *oikos*. Hoje o debate foi enriquecido e alargado com nova documentação textual e arqueológica, tomando uma nova dimensão, mas nem por isso deixou de ser inflamado e relevante, particularmente no campo da assiriologia.

Se no passado, a polêmica entre primitivistas e modernistas residia na divergência acerca da evolução das sociedades do Antigo Oriente Próximo e no progresso de suas instituições; mais recentemente, o debate entre substantivistas e formalistas centrou-se na rediscussão do papel do comércio, dos agentes do comércio e do mercado nas sociedades do mundo antigo. Dos modelos iniciais às formulações mais atuais, procuraremos neste trabalho, de maneira um tanto sintética, historicizar o debate

acerca da economia antiga no Antigo Oriente Próximo, particularmente em relação à Mesopotâmia.

Os primeiros modelos de interpretação econômica da sociedade mesopotâmia foram formulados nos anos de 1920, sendo marcados pelo domínio de visões centradas no Estado, prevalecentes na Alemanha e União Soviética, na forma do Modo de Produção Escravista, então oficialmente adotada para todo o mundo antigo.

Estes modelos foram elaborados e colocados em circulação em uma época onde a documentação arqueológica e epigráfica não era ainda qualitativamente e quantitativamente suficientemente abundante para permitir verificá-los e de pô-los a prova. Seu foco principal era definir a situação das origens da história mesopotâmia, com descrições da organização social e econômica das cidades estados mesopotâmias do início do terceiro milênio a.C. Os assiriólogos Deimel, Falkenstein, Gelb, nos anos 50, iniciaram os estudos dos arquivos cuneiformes provenientes das cidades sumérias de Uruk e de Lagash, testemunhos das atividades administrativas das instituições urbanas locais.

Nestes modelos, a sociedade e o estado mesopotâmios das origens são representados como uma comunidade dominada por grandes instituições, os templos e ou palácio real, que operam nas cidades e permanecem proprietários últimos das terras agrícolas, fonte primeira das atividades de produção. Estas instituições – e as elites que as representam – recolhem os excedentes produzidos e os utilizam para remunerar, pelas rações ou salários, as prestações pessoais dos serviços especializados, como o exército, os escribas ou os artesãos, redistribuindo o restante da produção à população da cidade e do campo engajada no trabalho. Nessa estrutura econômica, não há lugar para o desenvolvimento de uma economia de mercado, e do mercado, com ausência de moeda, de dinheiro, e de capital. A agricultura cerealífera irrigada e a criação de ovinos e caprinos são em todas as épocas os pilares deste tipo de produção mesopotâmia.²

A partir dos anos 60 até por volta de 1980, o debate acerca da economia antiga foi marcado pelo impacto do substantivismo e do neo-marxismo, pelo uso mais explícito de modelos antropológicos, pelo abandono de padrões evolucionistas universais, e pela busca de traços mais específicos do Oriente Próximo.

Na coletânea **Trade and Market**, organizada por Polanyi, Arensberg e Pearson, Polanyi afirmou que o elemento desorientador da controvérsia do *oikos* era o papel do mercado, ainda que os protagonistas do debate não tivessem consciência disso.³ Essa

perspectiva retrata a guinada antropológica no seio do debate, com as transformações decorrentes do papel da Economia como disciplina, apresentadas anteriormente. O mercado assume o lugar central no debate entre “substantivistas” e “formalistas”.

Na coletânea, no capítulo sobre a Mesopotâmia, Polanyi defende a tese de que o comércio nos impérios antigos era uma atividade administrada pelo templo/palácio, conduzido por agentes do comércio e não por mercadores livres, baseado em preços fixos, sem lugares de mercado e sem mecanismos de mercado.⁴ Polanyi afirmou que na Babilônia não havia nada que pudesse se assemelhar a um sistema de mercado. Não há nenhuma prova material ou escrita de algum espaço aberto que pudesse ser utilizado para tal função. O que se vê na Babilônia é um intercâmbio sem mercado, diferente deste no que refere às pessoas envolvidas no intercâmbio, aos bens, aos preços e em relação à natureza da atividade do intercâmbio. Os mercadores assírios do *Karum* (porto) *de Kanish*, por exemplo, não eram pessoas que ganhavam a vida com ganhos derivados das compras e vendas, das diferenças de preços na transação. Eram mercadores por *status*, em virtude de seu nascimento, de uma aprendizagem longínqua ou por designação. A menos que a designação fosse acompanhada de uma concessão substancial de terra, suas receitas derivavam da venda de bens, sobre a qual ganhavam uma comissão. Os preços tomavam a forma de equivalências estabelecidas pela autoridade de um costume, um estatuto, um edito.⁵

A diferença fundamental entre o comércio administrado e o comércio de mercado reside na ausência de riscos para os comerciantes, tanto no relativo às expectativas dos preços quanto à possível insolvência do devedor. Não há perdas pela flutuação de preços. As atividades deste comércio administrado são qualificadas de *disposicionais*, nas quais os comerciantes atuavam dentro do marco de uma organização governamental e de uma rede de instituições oficiais e semioficiais que lhes davam garantias por meio de normas legais. Não obstante, as transações privadas não eram proibidas, na medida em que as normas legais tratavam da separação institucional das disposições comerciais relativas aos negócios públicos com respeito às transações privadas. O mercador atuava em virtude de seus atributos públicos para negociar o cobre, manejando contingente do governo ou à margem de suas atividades públicas, privadamente. No primeiro caso, seus passos estavam formalizados e seus atos modelados pelas disposições; na esfera privada, por outro lado, estas eram informais e podiam descrever-se como transações.

A teoria de Polanyi – sobretudo no seu aspecto descritivo do sistema de redistribuição - resistiu bravamente a todos os ataques que lhes são dirigidos pelas novas realidades e descobertas epigráficas. J. Renger é sem dúvida o assiriólogo que mais investiu na aplicação do modelo polanyiano à economia assírio babilônia. Ele a modificou e a alargou a fim de que ele pudesse inteirar-se de toda a documentação nova. J. Renger estima que os mercadores continuam a fazer parte da instituição original – eles gerenciam os negócios do Estado, do palácio -, e que seu comportamento econômico, suas escolhas comerciais, continuam submetidas à política geral do Estado e de sua instituição. O estatuto e a posição social dos comerciantes variam no curso do tempo, na medida que o ambiente econômico se modifica e evolui. Ao realçar as quantidades de rações distribuídas a grandes números de dependentes nos *households* institucionais – templos e palácios –, a ausência de um mercado de terras, e a inserção daquilo que conhecemos como crédito – empréstimos e serviços - no sistema de reciprocidade, Renger reforça seus argumentos de uma sociedade redistributiva, gerado pelas instituições de Estado.⁶

As relações econômicas associadas à acumulação e a redistribuição de bens no quadro de instituições urbanas foram sistematicamente registradas pela escrita cuneiforme e conservadas nos arquivos, contudo, não se deve inferir que elas representaram todas as trocas no mundo antigo. Para além deste *corpus*, se pode mencionar, por exemplo, os contratos de venda que refletem a propriedade privada da terra e bens imobiliários. Pela própria natureza privada, entre os indivíduos, que os procedimentos de registro, esses textos econômicos têm uma estrutura mais complexa, articulada e variável. Eles foram conservados por razões diferentes daquelas dos textos institucionais, e eles têm sobrevivido mais aleatoriamente.

Esta realidade explica como os mesmos dados textuais podem oferecer possibilidades de leitura diferentes e mesmo contraditórias. Desde a década de 1970, vários assiriólogos e historiadores do Antigo Oriente Próximo, como Mário Liverani, Carlo Zaccagnini, M.T. Larsen, K. Veenhof, N. Yoffe e M. van de Mierop usando todas as fontes documentais arqueológicas e textuais, em diferentes níveis, enfatizando diferentes aspectos da mudança do sistema econômico antigo estão tentando restaurar uma imagem da economia mesopotâmia como a de uma economia de mercado, mas sem as propriedades e características do mercado moderno e contemporâneo, mas sem renunciar completamente todos os pressupostos polanyianos.⁷

Em um trabalho recente para uma coletânea de Ian Morris e J. Manning,⁸ Liverani, comentando o trabalho de Polanyi sobre a Mesopotâmia, afirma que os exemplos selecionados por aquele autor não contribuíram para corroborar sua teoria sobre a ausência de mercados no Antigo Oriente Próximo. Contudo, o autor não estava convencido com os argumentos “formalistas” sobre a rejeição ao comércio administrado.

Mario Liverani, assiriólogo italiano, de filiação marxista, que partindo da noção de modo de produção asiático, elemento articulador do modo palacial e do modo de produção aldeão, entende que a oposição entre comércio administrado e comércio privado é uma questão de quantidade e qualidade. Tal avaliação deveria ser diferenciada de acordo com período. Segundo o autor, o papel do templo foi especialmente relevante durante o início da Idade do Bronze, e o comércio administrado culminou sob a Terceira Dinastia de Ur. Já o papel das empresas privadas foi especialmente relevante durante a Idade do Bronze intermediária, com as atividades dos mercadores dos antigos períodos assírio e babilônico. Finalmente, o comércio administrado pelo palácio experimentou um aumento renovado durante a Idade do Bronze Tardio, especialmente na forma de troca cerimonial entre a corte real. Um segundo ponto, enfatizado por Liverani, é a relação entre o templo ou palácio e seus agentes de comércio. Agentes do comércio obtinham prata e/ou materiais processados (isto é, principalmente metais e têxteis) vindos da representação central e tinham de trazer de volta, depois de seis meses ou um ano, o equivalente em produtos exóticos ou matérias primas. Mas a atividade dos mercadores logo que eles deixavam o palácio era completamente diferente: eles podiam livremente comercializar, tirando proveito dos diferentes preços dos vários itens em vários países, mesmo usando sua moeda nas atividades financeiras, tais como empréstimos, e tendo lucro pessoal máximo possível. Documentos pertinentes ao primeiro momento desse processo nos darão a impressão de um comércio administrado, enquanto que os documentos pertinentes à segunda parte nos darão a impressão de comércio livre. As duas impressões estão corretas e não se contradizem.⁹

A partir de 1890, a Economia, até então relativamente aberta a fatores políticos e sociais em suas análises – vide o exemplo de Bücher e seu modelo evolucionista de economia, fortemente relacionado ao desenvolvimento social das sociedades antigas, da Idade Média e moderna – tendeu a transformar-se numa disciplina separada das outras ciências sociais e humanas, crescentemente matematizada, limitando-se cada vez mais

ao estudo dos sistemas de mercado e do processo de formação dos preços, assim como, à noção universalizada de recursos escassos. Essa transformação influenciou sobre a tendência modernista no século XX, que passou a ser denominada, na esfera da Antropologia e História Econômica, de “formalista”, estando agora sob diversas influências: da Economia Política clássica e neoclássica, microeconomia, estatística, cliometria e da teoria da utilidade marginal.¹⁰

Os assiriólogos “formalistas” contestam de forma mais veemente a inexistência de mercados na Mesopotâmia defendida pelos substantivistas, quanto aos princípios e quanto às informações que envolvem a arqueologia.

Gledhill e Larsen, dois respeitados assiriólogos da tendência “formalista”, apontam a natureza estática e descritiva da estrutura conceitual básica de Polanyi, particularmente, a relação entre as diferentes formas de integração (reciprocidade, redistribuição e intercâmbio) e suas estruturas sociais, impossibilitando uma discussão das dinâmicas das realidades sociais investigadas.

Os mesmos autores contestam os argumentos polanyianos de ausência de espaços abertos nas cidades escavadas, visto que nem todas as cidades foram escavadas e os portões da entrada das cidades, muitas vezes, parecem ter funcionado como a *ágora* grega.¹¹

O conceito e o papel do *karum* são revistos à luz de novas descobertas. Segundo os autores, essa palavra, originalmente, denotava um lugar de ancoragem e posteriormente, se constituiu em uma comunidade de mercadores que vivam no porto. O *karum* assírio de Kadesh era, segundo as evidências, um típico assentamento de casas privadas e lojas habitadas pertencentes a mercadores. Em geral, o *karum* babilônico antigo era uma comunidade de mercadores da cidade, com caráter corporativo e até um aparato administrativo e judicial separado. Referências da relação entre o palácio e o *karum* podem ser encontradas em um decreto real publicado no período babilônico tardio. O palácio podia aplicar metade do capital nas operações realizadas no *karum*. Os mercadores eram responsáveis pela coleta de impostos proveniente dos contribuintes que se utilizavam diretamente das atividades comerciais. O palácio usava os mercadores independentes do *karum* como agentes porque seu objetivo era evitar a administração direta da produção, do comércio e da supervisão e forçar os comerciantes a correrem os riscos do negócio. Portanto, esses comerciantes eram livres para acumular riquezas. Além disso, estudos dos preços e salários na antiga Babilônia mostram um padrão substancial de flutuações nos preços das mercadorias básicas o que reflete

provavelmente um desenvolvimento no padrão econômico da região como um todo.¹² Portanto, diferente de Polanyi, esse estudo demonstra que o mercado operava com lucros e perdas e que a liberdade para acumular riquezas era uma condição para que eles assumissem os riscos dos negócios.

Já D. Warburton procura aplicar o modelo Keynesiano à documentação histórica e arqueológica. Ele propõe ver, nas instituições mesopotâmias, o instrumento que permitiu a acumulação de grande excedente, obtendo, pelo aumento progressivo da pressão fiscal, um crescimento proporcional da produção e, portanto da riqueza. Estes excedentes agrícolas e de cereais, em vez de serem destinados unicamente à distribuição excepcional das rações e/ ou ao entesouramento, são concebidos e empregados pelas elites como capitais permitindo financiar a produção de mercadorias para exportação – por exemplo, os têxteis – em troca de outras matérias primas, tais como a prata. Deste ponto de vista, não somente a economia mesopotâmia é definitivamente uma economia de mercado, mas, ela funciona exatamente como a economia moderna e contemporânea: ela poderia ser utilizada como laboratório para verificar a exatidão de diferentes teorias econômicas.¹³

Em conclusão, se pode dizer que hoje, que uma economia de mercado é de fato visível, pelo menos em certos momentos, e para além das atividades dos Estados e das maiores instituições de gestão da sociedade. Entretanto, resta-nos ainda compreender o funcionamento e a influencia no desenvolvimento de estruturas sociais e políticas.

A perspectiva da década de 1960 aos dias atuais apresentou uma mudança progressiva de modelos fortemente ideologizados para modelos mais complexos e flexíveis. Essa mudança tem a ver com o fim de ideologias, com a disponibilidade de ferramentas mais sofisticadas para análise econômica, e até mesmo com um domínio mais sofisticado dos dados textuais.

Os escritos de Polanyi, produzidos no final e no pós-guerra, entre 1944-1957, defendiam a ideologia socialista em detrimento da ideologia liberal, defensora do mercado. Esta perspectiva o levou a construir modelos de integração baseados na reciprocidade e redistribuição, predominantes no mundo antigo, em detrimento do intercâmbio, predominante nas sociedades capitalistas. Nesse modelo, o mundo antigo não era dominado pelo mercado criador de preço, tendo sido criado na Grécia Antiga, mas, com um papel secundário, e completamente ausente na Mesopotâmia. Portanto, por um lado, o autor construía um modelo no qual a ausência do mercado criador de

preço no mundo pré-capitalista dava suporte à sua teoria de que as transações comerciais desenvolvidas no mercado criador de preços eram uma criação do capitalismo, reafirmando sua artificialidade; e por outro lado, legitimava tais relações como uma criação do Ocidente, remontando suas origens à Grécia Antiga.

Se a perspectiva polanyiana apresenta uma unilateralidade que tem sido fortemente contestada pelas fontes, por outro lado, nossa posição não se alinha com os “formalistas” porque a realidade do Antigo Oriente Próximo antigo não se adéqua a uma “reprodução ampliada do capital”, devido a razões estruturais, impedindo o desenvolvimento de mercados de bens e de força de trabalho. A grande maioria da população vivia no nível da subsistência. Portanto, a diferença das economias antigas e modernas é de grau e não de natureza.

A análise apresentada por Liverani nos parece mais razoável para o comércio na Mesopotâmia, relativizando a importância do comércio administrado para diferentes períodos da história da Mesopotâmia e das fontes para as distintas relações entre os comerciantes e o palácio e templo e os negócios desenvolvidos pelos comerciantes. De acordo com este autor, as atividades econômicas dependem de condições sociais e culturais, e não somente de leis econômicas. Embora alguns princípios básicos, tais como a busca por lucro próprio, devam ser considerados nas pesquisas atuais, velhos modelos podem ainda ser revisitados, certamente com uma atitude crítica (observando as pré-condições políticas daqueles modelos). Portanto, conhecer os modelos formulados a partir da década de sessenta e suas críticas atualizadas podem nos ajudar a formular novos modelos para compreender a “economia antiga”, a fim de perceber seu valor heurístico em uma tentativa de prover, com significado histórico, uma história que não corra o risco de terminar em caos absurdo¹⁴.

NOTAS

¹ Alexandre Galvão Carvalho; Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Autor, na condição de organizador dos livros: *Interação social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo*, Vitória da conquista, Edições UESB, 2003; *Economia Antiga: história e historiografia*, Vitória da Conquista, Edições UESB, 2011. Coordenador do projeto de pesquisa: A economia antiga e o substantivismo. Cadastrada na PPG da UESB. E-mail: galvaocarvalho@uol.com.br

² MASETI-ROUAULT, M.G. Économie de redistribution et économie de marché au proche-orient ancien. In: ROMAN, Y; DALAISON; J; *L'économie antique, une économie de marché*. Paris: Diffusion: de Boccard, 1993, p. 51-54

-
- ³ POLANYI, K. Intercambio sin mercado em tiempos de Hammurabi. In: POLANYI, K., ARENSBERG, A.M; PEARSON, H.W. *Comercio y mercado em los impérios antiguos*. Barcelona: Labor Universitária, 1976. pp. 63-64.
- ⁴ IDEM. pp. 61-76.
- ⁵ POLANYI, K. Intercambio sin mercado em tiempos de Hammurabi. In: POLANYI, K., ARENSBERG, A. M; PEARSON, H.W., *Comercio y mercado em los impérios antiguos*. Barcelona: Labor Universitária, 1976. pp. 65-69.
- ⁶ RENGER, J. On economic strutures in in Ancient Mesopotamia. *Orientalia*, p. 175-208, 1994.
- ⁷ MASETI-ROUAULT, M.G. Économie de redistribution et économie de marché au proche-orient ancien. In: ROMAN, Y; DALAISON; J; L'économie antique, une économie de marché. Paris: Diffusion: de Boccard, 1993, p. 57-59.
- ⁸ LIVERANI, M. The Near East : the Bronze Age. In: MORRIS, I; MANNIING, J. G. *The ancient economy*. Evidence and models. Califórnia: Stanford University press, 2005, p. 47-57.
- ⁹ IDEM, p. 55.
- ¹⁰ CARDOSO, C. Concepções sobre a economia e a sociedade do antigo Egito. *Mimeografo*. s/d, p. 14.
- ¹¹ GLEDHILL, J.; LARSEN, M. T. The Polanyi paradigm and a dynamic analysis of archaic states. In: RENFREW, C.; ROWLANDS, M. J.; SEGRAVES, B. A. (Ed.). *Theory and explanation in archaeology*. New York: Academic Press, 1982. pp. 197-229.
- ¹² IDEM, pp. 204-208.
- ¹³ MASETI-ROUAULT, M.G. Économie de redistribution et économie de marché au proche-orient ancien. In: ROMAN, Y; DALAISON; J; L'économie antique, une économie de marché. Paris: Diffusion: de Boccard, 1993, p. 61.
- ¹⁴ LIVERANI, M. The Near East : the Bronze Age. In: MORRIS, I; MANNIING, J. G. *The ancient economy*. Evidence and models. Califórnia: Stanford University press, 2005, p. 57.